

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	31
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	32
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	33
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	36
--	----

37

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
<b>Total</b>	<b>786.406</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.394.510	1.418.978
1.01	Ativo Circulante	25.925	41.437
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	874	3.912
1.01.03	Contas a Receber	17.448	12.526
1.01.03.01	Clientes	578	537
1.01.03.01.01	Concessionárias	578	537
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.870	11.989
1.01.03.02.01	Rendas a receber	16.870	11.989
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.015	24.201
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.015	24.201
1.01.07	Despesas Antecipadas	508	725
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	80	73
1.01.08.03	Outros	80	73
1.02	Ativo Não Circulante	1.368.585	1.377.541
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.193	5.805
1.02.01.03	Contas a Receber	729	620
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	729	620
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.464	5.185
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.464	5.185
1.02.03	Imobilizado	1.334.210	1.344.399
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.301.838	1.309.261
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	32.372	35.138
1.02.04	Intangível	27.182	27.337
1.02.04.01	Intangíveis	27.182	27.337
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Utilização do Bem Público	14.091	14.252
1.02.04.01.03	Intangível em Serviço	574	515
1.02.04.01.04	Intangível em Curso	12.517	12.570

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.394.510	1.418.978
2.01	Passivo Circulante	145.687	177.754
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.416	1.324
2.01.01.01	Obrigações Sociais	214	210
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.202	1.114
2.01.02	Fornecedores	978	2.029
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	978	2.029
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.416	34.487
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.424	34.455
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.475	30.410
2.01.03.01.02	Outros	1.949	4.045
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1	19
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	-9	13
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	92.807	100.482
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	57.014	66.490
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.014	66.490
2.01.04.02	Debêntures	35.793	33.992
2.01.05	Outras Obrigações	29.974	30.265
2.01.05.02	Outros	29.974	30.265
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26.496	26.496
2.01.05.02.04	Uso do Bem Publico	3.182	3.370
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	153	144
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	143	255
2.01.06	Provisões	9.096	9.167
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	5.449
2.01.06.02	Outras Provisões	9.096	3.718
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.096	3.718
2.02	Passivo Não Circulante	211.289	219.866
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	110.698	123.617
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	110.698	123.617
2.02.02	Outras Obrigações	87.592	82.081
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	50.454	48.909
2.02.02.02	Outros	37.138	33.172
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	26	17
2.02.02.02.05	Uso do Bem Publico	37.112	33.155
2.02.04	Provisões	12.999	14.168
2.02.04.02	Outras Provisões	12.999	14.168
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	12.999	14.168
2.03	Patrimônio Líquido	1.037.534	1.021.358
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	202.426	202.426
2.03.04.01	Reserva Legal	17.772	17.772
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.085	90.085
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	16.176	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.017	47.478
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.965	-11.040
3.03	Resultado Bruto	39.052	36.438
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.125	-3.095
3.04.01	Despesas com Vendas	-13	-32
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.128	-2.917
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.185	-2.808
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	57	-109
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16	-146
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.927	33.343
3.06	Resultado Financeiro	-11.537	-9.349
3.06.01	Receitas Financeiras	91	75
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.628	-9.424
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.390	23.994
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.214	-7.790
3.08.01	Corrente	-9.494	-7.898
3.08.02	Diferido	1.280	108
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.176	16.204
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.176	16.204
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.994	35.307
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	43.406	40.246
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	24.390	23.994
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	8.904	9.048
6.01.01.03	Valor residual do ativo imob.e intang.baixados	1.205	0
6.01.01.04	Despesas pagas antecipadamente	214	0
6.01.01.05	Empréstimos, financiamentos e encargos de dividas	4.983	7.649
6.01.01.06	Uso do bem publico - atualização monetária e AVP	4.624	-911
6.01.01.07	Provisão(reversão) e atual.mon.para contingencias	38	453
6.01.01.08	Provisões lic.ambientais - atualização mon.e AVP	-966	0
6.01.01.09	Encargos regulamentares e setoriais -provisão e atualiz.	14	13
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.308	2.860
6.01.02.01	Concessionárias	-41	13.662
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais	-120	-97
6.01.02.03	Cauções e depositos vinculados	-109	511
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	3	158
6.01.02.05	Rendas a receber	-4.881	0
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-7	7
6.01.02.07	Fornecedores	-1.051	-1.026
6.01.02.08	Outros tributos e contribuições sociais	-2.154	-10.550
6.01.02.09	Obrigações estimadas com pessoal	92	0
6.01.02.10	Encargos regulamentares e setoriais	4	0
6.01.02.11	Provisões	-77	0
6.01.02.12	Outros passivos operacionais	-112	195
6.01.02.13	Uso do bem publico	-855	0
6.01.03	Outros	-13.104	-7.799
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-13.104	-7.799
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-850
6.02.01	Adições ao Tangível e Intangível	0	-850
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.032	-15.620
6.03.01	Partes relacionadas	1.545	1.082
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos, financ e enc.	-25.577	-16.691
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital proprio pagos	0	-11
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.038	18.837
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.912	6.152
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	874	24.989

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.176	0	16.176
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.176	0	16.176
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	202.426	16.176	0	1.037.534



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.204	0	16.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.204	0	16.204
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	106.019	74.326	0	999.277

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	55.124	52.331
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	55.129	52.331
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.464	-2.556
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-346	-316
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.835	-1.744
7.02.04	Outros	-283	-496
7.03	Valor Adicionado Bruto	52.660	49.775
7.04	Retenções	-8.904	-9.048
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.904	-9.048
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	43.756	40.727
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	91	75
7.06.02	Receitas Financeiras	91	75
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.847	40.802
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.847	40.802
7.08.01	Pessoal	2.132	2.044
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.717	1.593
7.08.01.02	Benefícios	305	356
7.08.01.03	F.G.T.S.	110	95
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.784	13.035
7.08.02.01	Federais	13.772	13.027
7.08.02.02	Estaduais	12	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.755	9.519
7.08.03.01	Juros	11.628	9.424
7.08.03.02	Aluguéis	127	95
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.176	16.204
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.176	16.204

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2011

(\*)

(\*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

#### A COMPANHIA

A **Investco S.A.** tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

#### PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	SalDOS		
		mar/11	dez/10	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.394.510	1.418.978	-1,7%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.037.534	1.021.358	1,6%
Dívida líquida (1)	R\$ mil	202.631	220.187	-8,0%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,20	0,22	-9,1%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	1,21	1,33	-9,0%

Resultados		Janeiro a Março		
		2011	2010	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	50.017	47.478	5,3%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(13.658)	(13.749)	-0,7%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(432)	(386)	11,9%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	35.927	33.343	7,7%
EBITDA (2)	R\$ mil	44.831	42.391	5,8%
Resultado financeiro	R\$ mil	(11.537)	(9.349)	23,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	24.390	23.994	1,7%
Lucro líquido	R\$ mil	16.176	16.204	-0,2%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	89,63%	89,29%	0,4%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	32,34%	34,13%	-5,2%

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### DESEMPENHO OPERACIONAL

A **Investco S.A.** opera e mantém a **UHE Lajeado**, que no primeiro trimestre de 2011 gerou 17,2 GWh, valor superior ao registrado no mesmo período do ano passado, de 14,6 GWh.

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do resultado do exercício	mar/11	mar/10	var. %
Receita operacional bruta	55.128	52.331	5,3%
(-) Deduções à receita operacional	(5.111)	(4.853)	5,3%
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>50.017</b>	<b>47.478</b>	5,3%
<b>Gastos não gerenciáveis</b>	<b>(432)</b>	<b>(386)</b>	11,9%
Energia elétrica comprada para revenda	(32)	(11)	190,9%
Encargos de uso da rede elétrica	(314)	(305)	3,0%
Outros gastos não gerenciáveis	(86)	(70)	22,9%
<b>Margem bruta</b>	<b>49.585</b>	<b>47.092</b>	<b>5,3%</b>
<b>Gastos gerenciáveis</b>	<b>(4.754)</b>	<b>(4.701)</b>	1,1%
Pessoal	(2.498)	(2.362)	5,8%
Materiais e serviços de terceiros	(1.835)	(1.745)	5,2%
Arrendamentos e aluguéis	(127)	(95)	33,7%
Provisões e contingências	97	(76)	-227,6%
Outros gastos gerenciáveis	(391)	(423)	-7,6%
<b>EBITDA</b>	<b>44.831</b>	<b>42.391</b>	5,8%
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(8.904)</b>	<b>(9.048)</b>	-1,6%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(11.537)</b>	<b>(9.349)</b>	23,4%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(8.214)</b>	<b>(7.790)</b>	5,4%
<b>Lucro líquido</b>	<b>16.176</b>	<b>16.204</b>	-0,2%

A **receita operacional líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 50 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011 apresentando um acréscimo de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo verificado de R\$ 2,5 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste) existente no cálculo do valor de arrendamento.

Os **gastos não gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, principalmente) totalizaram R\$ 432 mil no trimestre findo em 31 de março de 2011, superiores em 11,9 % aos R\$ 386 mil verificados no mesmo período do ano anterior, em virtude, principalmente da energia elétrica comprada para revenda.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os **gastos gerenciáveis**, que compreendem os gastos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, provisões para contingências e outras despesas, aumentaram no trimestre findo em 31 de março de 2011 em R\$ 53 mil, correspondente a um acréscimo de 1,1 % em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com a nova resolução e aprovação da ANEEL, a Investco passou a receber repasse de serviços/colaboradores alocados na EDP.

O **EBITDA** do período findo em 31 de março de 2011 foi de R\$ 44,8 milhões, 5,8% superior ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos pontos acima comentados na receita operacional líquida e gastos gerenciáveis e não gerenciáveis.

O **Resultado Financeiro** do período findo em 31 de março de 2011, de R\$ 11,5 milhões negativos, apresentou uma variação de R\$ 2,2 milhões em relação ao ano anterior, em virtude principalmente da atualização monetária e ajuste a valor presente da UBP, além da atualização financeira do mútuo existente entre a Investco e a Lajeado Energia e EDP Brasil.

No trimestre findo em 31 de março de 2011 a Investco apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 16,2 milhões, inferior em 0,2% ao registrado no mesmo período do ano anterior.

### ENDIVIDAMENTO

Endividamento	mar/11	dez/10	var.%
Dívida bruta	203.505	224.099	-9,19%
( - ) Disponibilidades	(874)	(3.912)	-77,66%
<b>( = ) Dívida líquida</b>	<b>202.631</b>	<b>220.187</b>	<b>-7,97%</b>

Em 31 de março de 2011, a Investco apresentou um endividamento bancário líquido de R\$ 202,6 milhões, representando uma redução de 7,97% em relação ao apresentado em dezembro de 2010, em função das amortizações do BNDES.

A dívida em 31 de março de 2011 era composta por R\$ 35,8 milhões de debêntures e R\$167,7 milhões em demais financiamentos (divididos entre BNDES de R\$ 86,1 milhões e ações preferenciais de R\$ 81,5 milhões).

Em 31 de março de 2011, a dívida líquida representou 1,21 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,33 vezes em março de 2010).

## Notas Explicativas

### 1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Companhia titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação deles no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

### 2 Práticas contábeis

#### 2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 27 de abril de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM durante os exercícios de 2009 e 2010, e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e legislação específica emanada pela ANEEL. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas em 3 de março de 2011.

A Companhia no período não apresenta outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

##### a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

##### b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

##### c) Rendas a receber (Nota 5)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

##### d) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

## Notas Explicativas

### e) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04;
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### f) Licenças Ambientais (Notas 10 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

### g) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

### h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

### i) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

### j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 13 e 14)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

### k) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

### m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 25)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as informações trimestrais, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

### n) Uso do Bem Público (Nota 16)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, reconhecido inicialmente ao valor presente e posteriormente mantido ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita do projeto.

### o) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

## Notas Explicativas

### q) Estimativas contábeis

Na elaboração das informações trimestrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às informações trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (impairment); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

### r) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

### s) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

### t) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	874	3.912
Total	874	3.912

## 4 Concessionárias

	Saldo a vencer	PCLD	Saldo líquido em	
			31/03/2011	31/12/2010
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	437		437	445
Energia de curto prazo	90		90	41
Encargos de uso da rede elétrica	51		51	51
Total Circulante	578	-	578	537
Não circulante				
Energia de curto prazo	10	(10)		
Total Não circulante	10	(10)	-	-

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

## 5 Rendas a receber

O saldo de R\$16.870 em 31 de março de 2011 (R\$11.989 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado., Paulista Lajeado Energia. e Lajeado Energia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a. sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.



## Notas Explicativas

### 6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/03/2011	31/12/2010
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	3.946	21.253
PIS e COFINS - COSIT 27	2.211	2.086
IRRF sobre aplicações financeiras	13	509
Outros	845	353
<b>Total</b>	<b>7.015</b>	<b>24.201</b>
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	9.475	30.410
ICMS sobre diferencial de alíquota	1	19
PIS e COFINS	1.701	1.620
ISS		13
IRRF sobre juros s/ capital próprio		2.105
Outros	239	320
<b>Total</b>	<b>11.416</b>	<b>34.487</b>

#### 6.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2010 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20.2) liquidado em janeiro de 2011.

### 7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

#### 7.1 Ativo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/03/2011			31/12/2010	
		IRPJ	CSLL	Total	Total	
<b>Diferenças Temporárias - RTT</b>						
Licenças Ambientais - CPC 25	1.138	285	102	387	1	
Uso do Bem Público - CPC 25	26.203	6.551	2.358	8.909	1.346	
Instrumentos financeiros - CPC 39	(8.325)	(2.082)	(749)	(2.832)	3.838	
<b>Total Ativos Diferidos</b>		<b>4.753</b>	<b>1.711</b>	<b>6.464</b>	<b>5.185</b>	

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo foi integralmente em contrapartida ao resultado do período.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Total
294	294	294	294	294	882	4.112	6.464

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações trimestrais. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

### 8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 21, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

## Notas Explicativas

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/03/2011	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos períodos de 3 meses findos em 31 de março	
					31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	2011	2010
<b>Concessionárias</b>										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	118,04	123	133			329	259
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	14	19			40	46
					137	152	-	-	369	305
<b>Rendas a receber</b>										
Arrendamento UHE Lajeado (Nota 6)	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		12.045	7.402			35.515	33.765
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.574	3.398			10.722	9.251
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.251	1.189			3.753	3.237
					16.870	11.989	-	-	49.990	46.253
<b>Partes relacionadas</b>										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 7/12/2011				10			
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 7/12/2011				85			
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.075	4.894	(381)	(60)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				45.284	44.015	(1.317)	(864)
					-	-	50.454	48.909	(1.698)	(924)
				<b>Total</b>	17.007	12.141	50.454	48.909	48.661	45.634

## 8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

## 8.2 Remuneração dos administradores

## 8.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês.

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente aos 3 meses findos em 31 de março de 2011

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

## 8.2.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia referente aos 3 meses findos em 31 de março de 2011

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	3 (*)	7 (**)	5 (***)	15
Remuneração fixa (em R\$)	19.001	95.543	27.000	141.544
Salário ou pró-labore (i)	19.001	92.644	27.000	138.645
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a	2.899	n/a	2.899
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração Variável (em R\$)</b>	-	-	-	-
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Benefícios pós-emprego</b>	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração baseada em ações</b>	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor Total da remuneração, por órgão</b>	19.001	95.543	27.000	141.544

(n/a) = Não Aplicável

(\*) Dos 3 conselheiros de administração (3 titulares), apenas 1 é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$200, para o período de abril de 2010 e março de 2011, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 7 de abril de 2010.

(\*\*) Dos 7 diretores estatutários, apenas 3 são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$300, para o período de abril de 2010 e março de 2011, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 7 de abril de 2010.

(\*\*\*) Dos 5 membros do Conselho Fiscal (5 efetivos), todos são remunerados.

(i) Inclui encargos sociais

(ii) O valor dos Benefícios diretos e indiretos é composto pelos gastos com previdência privada, assistência médica e uma estimativa dos com gastos com viagens, combustível, carro, moradia e etc.

## Notas Explicativas

### 8.2.3 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativos aos 3 meses findos em 31 de março de 2011

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	3	7	5
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	19.001	34.696	5.400
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	19.001	19.001	5.400
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	19.001	23.161	5.400

### 9 Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante	
	31/03/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais	729	620
Total	729	620

### 10 Imobilizado

	31/03/2011				31/12/2010
	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		114.518		114.518	114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	684.414	(115.155)	569.259	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,67	340.222	(72.145)	268.077	270.026
Máquinas e equipamentos	6,91	418.969	(104.848)	314.121	317.240
Veículos	20,00	902	(807)	95	120
Móveis e utensílios	7,12	1		1	1
		1.559.026	(292.955)	1.266.071	1.272.964
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	3,36	45.655	(10.948)	34.707	35.183
		45.655	(10.948)	34.707	35.183
Administração					
Máquinas e equipamentos	9,98	1.278	(815)	463	487
Veículos	20,00	423	(63)	360	378
Móveis e utensílios	10,00	505	(268)	237	249
		2.206	(1.146)	1.060	1.114
Atividades não vinculadas à concessão					
Total do Imobilizado em serviço		1.606.887	(305.049)	1.301.838	1.309.261
Imobilizado em curso					
Geração					
Depósitos Judiciais (Nota 18.1.1.2)		10.547		10.547	13.308
Outros		21.825		21.825	21.830
Total do Imobilizado em curso		32.372	-	32.372	35.138
Total Imobilizado		1.639.259	(305.049)	1.334.210	1.344.399

## Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassifi- cações	Valor líquido 31/03/2011
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	571.059	2.522	(3.421)	(901)		569.259
Edificações, obras civis e benfeitorias	270.026		(1.949)			268.077
Máquinas e equipamentos	352.910		(3.509)	1	(111)	349.291
Veículos	498	3	(46)			455
Móveis e utensílios	250		(12)			238
Total do imobilizado em serviço	1.309.261	2.525	(8.937)	(900)	(111)	1.301.838
Imobilizado em curso						
Geração						
Depósitos judiciais	13.308	(2.520)		(241)		10.547
Outros	21.830	(5)				21.825
Total do Imobilizado em curso	35.138	(2.525)	-	(241)	-	32.372
Total do Imobilizado	1.344.399	-	(8.937)	(1.141)	(111)	1.334.210

### 11 Intangível

	31/03/2011			31/12/2010	
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Geração					
Software	20,00	777	(490)	287	327
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(6.047)	14.091	14.252
		20.915	(6.537)	14.378	14.579
Transmissão					
Servidão permanente		111	-	111	-
Administração					
Software	20,00	244	(68)	176	188
		244	(68)	176	188
Total do Intangível em Serviço		21.270	(6.605)	14.665	14.767
Intangível em curso					
Geração		12.453		12.453	12.453
Administração		64		64	117
Total do Intangível em Curso		12.517	-	12.517	12.570
Total Intangível		33.787	(6.605)	27.182	27.337

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Amortização	Baixas	reclassificaçã	Valor líquido 31/03/2011
Intangível em serviço					
Software	515	(51)	(1)		463
Servidão permanente				111	111
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP (Nota 16)	14.252	(162)	1		14.091
Intangível em curso	12.570		(53)		12.517
	27.337	(213)	(53)	111	27.182

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado a taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.517, relativo ao Intangível em curso, R\$12.453 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

### 12 Fornecedores

	Circulante	
	31/03/2011	31/12/2010
Encargos de uso da rede elétrica	148	158
Materiais e serviços	830	1.871
Total	978	2.029

## Notas Explicativas

### 13 Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de até 10 dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;
- vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora de valor superior a R\$5.000;
- alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;
- início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;
- alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário" ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e
- o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 31 de março de 2011, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

A mutação das debêntures no período é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Juros provisionados	Custos de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/03/2011
Circulante					
Debêntures	33.992	953	7	841	35.793
	33.992	953	7	841	35.793

## Notas Explicativas

### 14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

#### 14.1 Composição dos empréstimos

Moeda nacional	Custo da dívida	31/03/2011			31/12/2010		
		Circulante	Principal		Circulante	Principal	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativa	3,0% a.a.		4.014	77.581		4.014	76.861
Cédula de Crédito Bancário	106% do CDI				9	10.000	
Banco da Amazônia	11,5% a.a.				4	637	
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	341	52.659	33.117	390	51.419	46.756
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.					17	
<b>Total</b>		<b>341</b>	<b>56.673</b>	<b>110.698</b>	<b>403</b>	<b>66.087</b>	<b>123.617</b>

#### BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002, e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

As operações estabelecem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 31 de março de 2011.

#### Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 10 de janeiro de 2011 em uma única parcela.

Este contrato não possui cláusula contratual restritiva (*covenants*).

#### Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em uma única parcela.

#### Cédula de Crédito Bancário

Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R\$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 30 de março de 2011 em uma única parcela.

#### Ações recebíveis cumulativa

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

## Notas Explicativas

Vencimento das parcelas do circulante e do não circulante (principal + encargos)

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2011	43.375
2012	13.639
	<b>57.014</b>
Não circulante	
2012	37.837
2013	4.342
2014	3.995
2015	3.675
2016	3.381
2017	3.110
2018	2.861
2019	2.632
Após 2019	48.865
	<b>110.698</b>
Total	<b>167.712</b>

A mutação dos empréstimos e financiamentos no período é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionado	Transferências	Ajuste a valor presente	Varição monetária	Valor líquido em 31/03/2011
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos de dividas	66.490	(23.044)	(2.533)	2.472	13.639		(10)	57.014
	<u>66.490</u>	<u>(23.044)</u>	<u>(2.533)</u>	<u>2.472</u>	<u>13.639</u>		<u>(10)</u>	<u>57.014</u>
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	123.617	-	-	-	(13.639)	720		110.698
	<u>123.617</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.639)</u>	<u>720</u>		<u>110.698</u>

### 15 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		52		41
Pesquisa e desenvolvimento		100		102
Taxa de fiscalização - ANEEL		1		1
Total		<u>153</u>		<u>144</u>
				<u>26</u>
				<u>17</u>

#### 15.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 24).

#### 16 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo Circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente pela taxa implícita no projeto.

Segue abaixo movimentação do período:

	Circulante	Não circulante
<b>Principal</b>		
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.370	33.155
Ajuste a valor presente		(2.780)
Encargos e atualizações monetárias	17	7.387
Amortizações	(855)	
Transferência para o circulante	650	(650)
Saldo em 31 de março de 2011	<u>3.182</u>	<u>37.112</u>

## Notas Explicativas

### 17 Obrigações estimadas com pessoal

	31/03/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	1.202	1.114
INSS e FGTS	214	210
Total	1.416	1.324

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

### 18 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros			5.175	5.449
Licenças ambientais	9.096	9.167	7.824	8.719
Total	9.096	9.167	12.999	14.168

#### 18.1 Provisões Cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

##### 18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo				Ativo		
		Saldo em		Saldo em		Depósito Judicial		
		31/12/2010	Adições	Pagamento	Reversões	31/03/2011	31/03/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.051	77	(77)	(51)	1.000	508	494
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.398	104		(327)	4.175		
Total		5.449	181	(77)	(378)	5.175	508	494

##### 18.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

##### 18.1.1.2 Cíveis

###### Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

###### Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de março de 2011 é de R\$10.547 (R\$13.308 em 31 de dezembro de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 10).

#### 18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações trimestrais, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Passivo		Ativo	
		Depósito Judicial		Depósito Judicial	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	276	275	156	83
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	73.762	69.576	38	37
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	180	179		
Total		74.218	70.030	194	120

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 18.1.1.2.

##### 18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2011 é de R\$27 (R\$6 em 31 de dezembro de 2010). (Nota 9)



## Notas Explicativas

### 18.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$16.920 em 31 de março de 2011 (R\$17.886 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

### 19 Benefício pós-emprego

De acordo com a Lei nº 9656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14/04/2005 com a Unimed está enquadrado nesta legislação. Através de nossos atuários, a Companhia está avaliando os possíveis impactos. Ainda assim, numa análise preliminar, identificou-se que o risco não será material tendo em vista que: i) enquadram-se neste modelo 81 funcionários com 153 dependentes ativos no plano de saúde, com idade média de 37 anos; ii) o *turnover* da Companhia é baixo e; iii) para o 1º semestre de 2011, será revisto o modelo atual de assistência médica, para adequação às demais companhias do Grupo EDP, com a exclusão da cobrança da parcela fixa mensal para uma co-participação em consultas e exames.

### 20 Patrimônio líquido

#### 20.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/03/2011											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	<b>402.202</b>	<b>100,00</b>	<b>255.560</b>	<b>100,00</b>	<b>16.289</b>	<b>100,00</b>	<b>5.156</b>	<b>100,00</b>	<b>107.199</b>	<b>100,00</b>	<b>786.406</b>	<b>100,00</b>

Acionistas	31/12/2010											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	<b>402.202</b>	<b>100,00</b>	<b>255.560</b>	<b>100,00</b>	<b>16.289</b>	<b>100,00</b>	<b>5.156</b>	<b>100,00</b>	<b>107.199</b>	<b>100,00</b>	<b>786.406</b>	<b>100,00</b>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 14), porém estão apresentadas no quadro acima para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 20.2).

## Notas Explicativas

### 20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1.995, no montante bruto de R\$15.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido apurado no exercício	68.314
Ajuste de exercícios anteriores	58.122
Lucro líquido ajustado	126.436
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(6.322)</u>
	120.114
Destinação do lucro:	
Dividendos	<u>30.029</u>
Dividendos intermediários - JSCP	15.000
Dividendos complementares do exercício	15.029
Constituição da reserva de retenção de lucros	<u>90.085</u>
Quantidade de ações	<u>786.406.270</u>
Dividendos por ação - JSCP - ordinária	0,017788
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "A"	0,064078
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "B"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "C"	0,064078
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "R"	0,012230

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia;
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

### 20.3 Reservas

#### 20.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

#### 20.3.2 Reservas de lucros

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reserva legal	17.772	17.772
Reserva de retenção de lucros	90.085	90.085
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	<u>94.569</u>	<u>94.569</u>
Total	<u>202.426</u>	<u>202.426</u>

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

## Notas Explicativas

### 20.4 Ações Preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

### 21 Dividendos

	Passivo	
	31/03/2011	31/12/2010
Lajeado Energia S.A.	16.175	16.175
EDP - Energias do Brasil S.A.	508	508
CEB Lajeado S.A.	4.415	4.415
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.545	1.545
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	91	91
Furnas Centrais Elétricas S.A.	23	23
Acionistas não controladores	3.739	3.739
<b>Total</b>	<b>26.496</b>	<b>26.496</b>

### 22 Receita operacional líquida

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2011	2010	2011	2010
<b>Suprimento</b>				
Energia elétrica	10.745	10.291	1.243	1.133
Energia de curto prazo			124	68
<b>Total suprimento</b>	<b>10.745</b>	<b>10.291</b>	<b>1.367</b>	<b>1.201</b>
Arrendamento			53.609	50.968
Outras receitas operacionais			152	162
<b>Sub-total</b>	<b>10.745</b>	<b>10.291</b>	<b>55.128</b>	<b>52.331</b>
(-) Deduções à receita operacional			(5.111)	(4.853)
P&D			(12)	(12)
PIS/COFINS			(5.099)	(4.841)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>10.745</b>	<b>10.291</b>	<b>50.017</b>	<b>47.478</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

### 23 Gastos operacionais

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março								
	2011						2010		
	Mwh (*)	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Mwh (*)	Total
<b>Não gerenciáveis</b>									
Energia elétrica comprada para revenda	10.745							10.291	
Moeda estrangeira - Itaipu							32		11
Moeda nacional		32							
Encargos de uso da rede elétrica									
Encargo de uso e conexão		314					314		305
Taxa de fiscalização						4	4		4
Compensações financeiras						82	82		66
	<b>10.745</b>	<b>346</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86</b>	<b>432</b>	<b>10.291</b>	<b>386</b>
<b>Gerenciáveis</b>									
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			1.145		1.353		2.498		2.362
Material			99		46		145		138
Serviços de terceiros			392		1.298		1.690		1.607
Depreciação			8.799		(108)		8.691		9.048
Amortização			162		51		213		
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas liquidas				5			5		
Provisões para contingências						(102)	(102)		76
Aluguéis e arrendamentos			11		116		127		95
Outras			11	8	372		391		423
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.619</b>	<b>13</b>	<b>3.128</b>	<b>(102)</b>	<b>13.658</b>	<b>-</b>	<b>13.749</b>
<b>Total</b>	<b>10.745</b>	<b>346</b>	<b>10.619</b>	<b>13</b>	<b>3.128</b>	<b>(16)</b>	<b>14.090</b>	<b>10.291</b>	<b>14.135</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 24 Resultado financeiro

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2011	2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras		5
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	33	13
Outras receitas financeiras	58	57
	<u>91</u>	<u>75</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(3.440)	(5.266)
Variações monetárias moeda nacional	(1.258)	(1.133)
Juros e multa sobre ICMS		(38)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(140)	(28)
Ajustes a valor presente	2.061	(1.136)
Atualização monetária contratos de mútuo	(1.435)	(924)
Atualização monetária uso do bem público	(7.404)	(610)
Outras despesas financeiras	(12)	(289)
	<u>(11.628)</u>	<u>(9.424)</u>
Total	<u>(11.537)</u>	<u>(9.349)</u>

### 25 Imposto de renda e contribuição social

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	24.390	23.994	24.390	23.994
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(6.098)	(5.999)	(2.195)	(2.159)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações		(1)		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	68	243	24	89
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(19)	31		
Adicional IR	6	6		
Despesa de IRPJ e CSLL	(6.043)	(5.720)	(2.171)	(2.070)
Alíquota Efetiva	24,78%	23,84%	8,90%	8,63%

### 26 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais e consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/03/2011
Usinas	561.349
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	6.198

### 27 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009 e à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

#### 27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

#### 27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a companhia projetou os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, rendas a receber, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, encargos regulamentares e setoriais e uso do bem público. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, os saldos contábeis diferem do valor justo.

## Notas Explicativas

	Valor justo		Valor contábil	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	874	3.912	874	3.912
Concessionárias	578	537	578	537
Rendas a receber	16.870	11.989	16.870	11.989
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	978	2.029	978	2.029
Debêntures	37.008	33.992	35.793	33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	56.173	65.878	57.014	66.490
Encargos regulamentares e setoriais	153	144	153	144
Uso do bem público	3.182	3.370	3.182	3.370
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	110.172	122.480	110.698	123.617
Encargos regulamentares e setoriais	26	17	26	17
Partes relacionadas	50.454	48.909	50.454	48.909
Uso do bem público	37.112	33.155	37.112	33.155
	<u>313.580</u>	<u>326.412</u>	<u>313.732</u>	<u>328.161</u>

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

Ativos financeiros	31/03/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		874	874
Rendas a receber	16.870		16.870
Concessionárias	578		578
	<u>17.448</u>	<u>874</u>	<u>18.322</u>

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	978
Debêntures	35.793
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	167.712
Encargos regulamentares e setoriais	179
Partes relacionadas	50.454
Uso do bem público	40.294
	<u>295.410</u>

Ativos financeiros	31/12/2010		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		3.912	3.912
Rendas a receber	11.989		11.989
Concessionárias	537		537
	<u>12.526</u>	<u>3.912</u>	<u>16.438</u>

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	2.029
Debêntures	33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	190.107
Encargos regulamentares e setoriais	161
Partes relacionadas	48.909
Uso do bem público	36.525
	<u>311.723</u>

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita à informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	31/03/2011	Mercados similares Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	874	874
	<u>874</u>	<u>874</u>

## Notas Explicativas

### 27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. E em 31 de março de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao IGP-M.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribuímos à TJLP e ao IGP-M a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

### 27.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
<b>Passivos Financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	6.124	1.101	7.225	9.031	10.838	5.419	3.613
Debêntures	CDI							
Debêntures	IGP-M	3.454		3.454	4.318	5.181	2.591	1.727
<b>Valor de referência</b>								
TJLP - 6,0%								
IGP-M - 5,0%								

### 27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. Até 31 de março de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

	31/03/2011				
	Total	Vencimentos curto prazo	Vencimentos de 2 a 4 anos	Vencimentos de 5 a 6 anos	Vencimentos acima de 6 anos
<b>Obrigações contratuais</b>					
Debêntures	35.793	35.793			
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	167.712	57.014	46.174	7.056	57.468
	<u>203.505</u>	<u>92.807</u>	<u>46.174</u>	<u>7.056</u>	<u>57.468</u>
<b>31/12/2010</b>					
	Total	Vencimentos curto prazo	Vencimentos de 2 a 4 anos	Vencimentos de 5 a 6 anos	Vencimentos acima de 6 anos
<b>Obrigações contratuais</b>					
Debêntures	33.992	33.992			
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	190.107	66.490	57.807	5.971	59.839
	<u>224.099</u>	<u>100.482</u>	<u>57.807</u>	<u>5.971</u>	<u>59.839</u>

## Notas Explicativas

### 27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada à aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de março de 2011 foram de R\$352 sendo R\$263, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$89 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

### 29 Eventos Subsequentes

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 5 de abril de 2011, destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos no valor de R\$15.028 e JSCP no valor de R\$15.000 referentes ao exercício de 2010 a serem pagos aos acionistas, sem ajuste, na forma e época determinadas pela Diretoria, no decorrer do exercício de 2011 e a remuneração global anual para a Diretoria no montante de até R\$300 e para o Conselho de Administração no montante de até R\$200, para a distribuição entre os membros de cada órgão, para o período de abril de 2011 a março de 2012.

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

A Companhia não divulga projeções empresariais.



## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas notas explicativas às Informações Trimestrais.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Investco S.A.  
Miracema do Tocantins - TO

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

### Outros assuntos

#### Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-TO

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC SP-141128/O-2 S-TO

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, e, tendo examinado as Informações trimestrais do período encerrado em 31 de março de 2011, bem como o Comentário de Desempenho, por unanimidade, manifestamo-nos favoráveis as Demonstrações Financeiras por considerarmos, que as peças refletem a situação econômica e financeira da Companhia.

São Paulo, 03 de maio de 2011.

**ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR**  
Conselheiro Efetivo

**FELIPE HA JUNG KIM**  
Conselheiro Efetivo

**MARCO ANTONIO VIEIRA**  
Conselheiro Efetivo

**EDISON RODRIGUES**  
Conselheiro Efetivo

**RUBENS DOS SANTOS**  
Conselheiro Efetivo

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da Companhia declaram que em 27 de abril de 2011, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia base 31.03.2011.

Luiz Otavio Assis Henriques  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa  
Diretor Vice-Presidente de Controle

Miguel Normando Abdalla Saad  
Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Santiago  
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade  
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti  
Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Os Diretores da Companhia declaram que em 27 de abril de 2011, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia base 31.03.2011.

Luiz Otavio Assis Henriques  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa  
Diretor Vice-Presidente de Controle

Miguel Normando Abdalla Saad  
Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Santiago  
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade  
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti  
Diretora Jurídica

**Motivos de Reapresentação**

Versão	Descrição
0	